

NACIONALIZAÇÃO DA ARTE PORTUGUESA

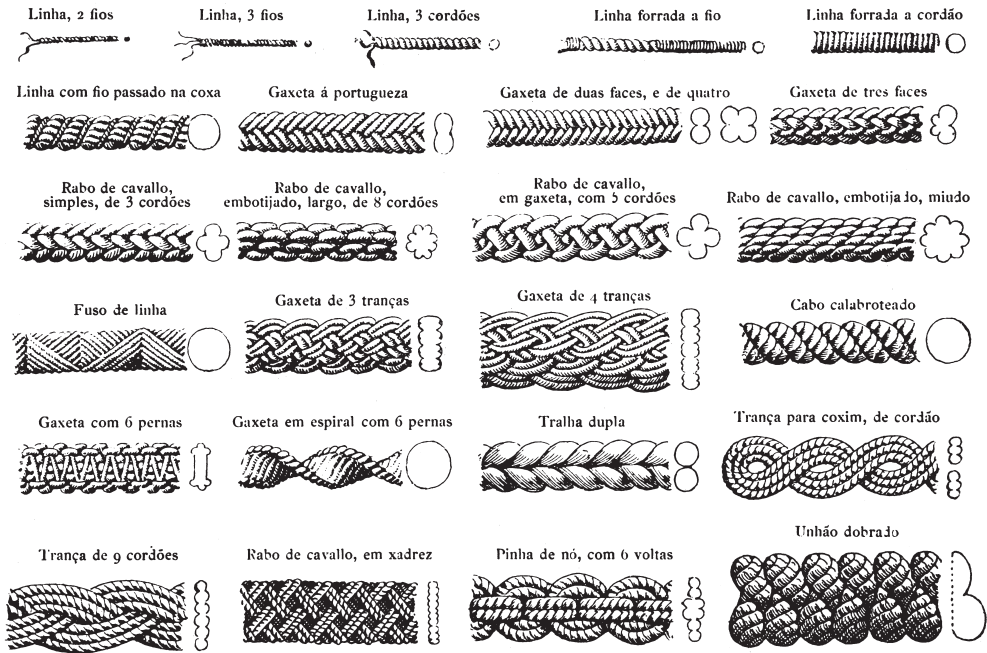
Num número recente da Etnográfica, Luís Martins publicou uma excelente análise do trabalho pioneiro de Baldaque da Silva (1853-1915) sobre as comunidades costeiras portuguesas ("Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Costeiras Portuguesas", Etnográfica I (2), 1997, pp. 271-293). Engenheiro hidrógrafo e autor, entre outras contribuições e estudos, de O Estado Actual das Pescas em Portugal (1891), Baldaque da Silva estava sobretudo interessado no entendimento exaustivo, de inspiração positivista, da pesca portuguesa como um problema social, económico e biológico. O rigor e a minúcia que colocou nessa tarefa, o convívio prolongado com os pescadores, fazem entretanto da sua obra um instrumento fundamental para o conhecimento propriamente etnográfico das comunidades costeiras portuguesas da viragem do século.

O texto que agora se publica ilustra uma faceta pouco conhecida da dimensão etnográfica da obra de Baldaque da Silva. Publicado originalmente, em 1895, na revista Arte Portuguesa (Ano I (6), p. 126) – na sequência de um outro ensaio consagrado à "Muleta de Pesca" do Tejo (Arte Portuguesa, Ano I (5), pp. 98-102) – o artigo mostra um Baldaque da Silva seduzido pelo programa de nacionalização da arte portuguesa que se desenvolveu em finais do século XIX e se prolongou pelas primeiras décadas do século XX. Nesse programa, de acordo com as lições do movimento inglês Arts and Crafts, os motivos tradicionais – vistos simultaneamente como um capítulo fundamental de uma arte especificamente portuguesa e como uma fonte de inspiração para a nacionalização da produção artística e artesanal – ocupavam um lugar de relevo.

É nessa perspectiva que pode ser entendido justamente este pequeno ensaio de Baldaque da Silva. Conhecedor profundo da vida marítima, a sua proposta é a da recuperação de motivos tradicionais do "estilo marítimo" – enobrecidos pela sua utilização no quadro do manuelino e associados às glórias dos Descobrimentos – como fonte de inspiração para "as artes úteis e decorativas em Portugal". Escrito numa altura em que as expressões artísticas tradicionais não figuravam ainda entre as prioridades dos etnógrafos portugueses, este ensaio de Baldaque da Silva – em conjunto com o artigo sobre a "Muleta de Pesca" do Tejo – pode nessa medida ser visto como um dos primeiros momentos de um diálogo entre tradição, arte e nacionalidade que conhecerá o seu apogeu na etnografia dos anos 10 e 20.

A. A. Baldaque da Silva

João Leal



Gravura reproduzida com autorização da BNL

O empreendimento acima enunciado é grandioso demais para ser levado à prática sem aplicar muito trabalho e tenacidade; porém, se à boa-vontade e entusiasmo dos que contribuem para esta revista juntarmos a dedicação e o auxílio dos bem-intencionados artistas e industriais, que o país felizmente possui, podemos tornar exequível esta grande e legítima aspiração de nacionalizar o estilo e a expressão natural da produção artística portuguesa.

Cada país diligencia imprimir às suas obras de arte um cunho de originalidade genuinamente ingénito ou tradicional, que as torne estimadas, e lhes aumente o valor artístico para a permutação comercial. É um facto assaz reconhecido que a imitação dos tipos estrangeiros rebaixa o valor e limita a saída dos produtos nacionais, e que, portanto, todo o país industrial precisa possuir um estilo característico, para conseguir mercado e promover a procura para as suas produções.

Actualmente, Portugal não é mais do que uma feira da produção artística estrangeira, e a própria produção nacional, com raras excepções, é confeccionada nos moldes daquela, imitando ou repetindo os tipos e padrões de estilo estranho, e a maior parte das vezes (o que é pior) também fantasioso. Não nos faltam, porém, motivos tradicionais, profusamente representados nos nossos monumentos e costumes, que possam ser meto-

disados de forma que imprimam à arte portuguesa um cunho de originalidade genuinamente português, isto é, que simbolise o carácter e a história da nacionalidade portuguesa na sua fase mais brilhante e útil à civilização, durante o período dos descobrimentos marítimos, quando o engenho nacional se manifestou e progrediu assombrosamente, em múltiplas aplicações, reveladoras de um género empreendedor e fecundo, que caracterizou para a posteridade a nossa genuína feição de povo de navegadores.

É o estilo marítimo, a nosso ver, o único em que podemos filiar a originalidade da nossa produção artística, quer nos elementos simples da composição, quer nos grandes traços de contorno e concepção, imprimindo, não só ao todo em geral, como também a cada parte em especial, um carácter apropriado ao seu uso e objectivo.

Vamos desenvolver o plano de uma espécie de demonstrador prático do que se pode fazer em estilo marítimo, começando por apresentar uma colecção, ou primeiro grupo, de 25 *ornamentos simples*, tirados da anti-quíssima *arte do marinheiro*, os quais podem ser aplicados em linhas *rectas, quebradas, curvas, mistas ou sinuosas*, para a *composição e decoração* de muitos produtos da *ourivesaria, cerâmica, estampanaria, marcenaria, arquitectura, mobiliaria, estofaria* e muitas outras artes úteis e decorativas.

Em 25 belos padrões, combinados dois a dois e três a três, podem fornecer 2.600 lindíssimas variedades de temas genuinamente portugueses e de analogia marítima, representativos das nossas tradições e glórias, muitos dos quais já figuram e estão radicados nos monumentos nacionais.

Como se vê, tratamos neste artigo apenas de um pequeno grupo de ornamentos simples, que, ainda assim, combinados todos entre si, produzem 33.554.431 variedades; quando, porém, tivermos apresentado maior número deles e passarmos em revista centenaes de outros elementos simples de ornamentação marítima, tirados também da arte do marinheiro, obteremos milhões e milhões de variedades, que, por assim dizer, se podem compor e multiplicar indefinidamente – o que prova à evidência a pujança e grandiosidade deste estilo –, constituindo uma série quase indefinida de ornamentos, a começar nos de maior simplicidade, que, combinados, se tornam pouco a pouco mais intrincados, até atingirem a máxima complicação.

São estes padrões que devem servir de modelos nas nossas escolas industriais, fornecendo o Estado a cada uma delas uma colecção de trabalhos do marinheiro, no género da que possui a Escola Industrial Afonso Domingues, de Xabregas, e é também com eles que os industriais e artistas portugueses devem compor as suas obras, combinando-os a seu gosto e tendo sempre em vista o plano que fica esboçado e que desenvolveremos em outros artigos.

Com o concurso de todos que têm verdadeiro interesse pelo incremento das indústrias nacionais, haverá menos dificuldade em alcançar o resultado que visamos e que, estamos certos, abrirá uma nova época de originalidade, actividade e riqueza para as artes úteis e decorativas em Portugal.

Campolide, 1 de Maio de 1895.